

## O DUPLO COMO MANIFESTAÇÃO DA MORAL MONSTRUOSA


Stéfano Stainle (UNESP)

**Resumo:** A psicanálise freudiana fala sobre o funcionamento do aparelho psíquico, sendo um dos instrumentos que mais revolucionaram o pensamento de sua época e delimitaram o fazer literário (e cultural) posterior. O que chama atenção na psicanálise é a forma como o tempo e espaço sob os quais foi criada influenciaram fortemente as delimitações abstratas de seu pensamento e delimitaram sua teoria para um jogo binominal marcadamente ocidental. Essa marcação binominal influenciou o desenvolvimento da teoria da duplicação do eu, atribuindo a cada uma das partes uma característica oposta a outra, sendo assim, a leitura que se segue procura relacionar essa condição cultural-geográfica com seus desdobramentos na literatura.

**Palavras-chave:** S. Freud; Duplo; Moral; Literatura; Ocidente.

A teoria geral da psicanálise, criada por Sigmund Freud, baseou-se em histórias da mitologia clássica da antiguidade greco-romana para fundamentar algumas de suas principais reflexões sobre o funcionamento do aparelho psíquico, como por exemplo os mitos de Édipo e de Narciso. Além dessa fundamentação arraigada ao imaginário popular (mitológico) – que podemos chamar, à luz da psicologia analítica junguiana, de inconsciente coletivo – Freud também se fundamentou em textos da literatura para exemplificar o funcionamento da mente, sendo o estudo sobre o **Homem da Areia**, dedicado ao estudo do estranhamento.

A manifestação do estranho freudiano, mesmo muito tempo depois de sua publicação, continuou aparecendo nas obras literárias e, como já comentado, para formular sua teoria psicanalítica sobre este tema, foi ao texto literário de E. T. A. Hoffman intitulado **O Homem da Areia** (*Der Sandmann* - 1817) que o pai da psicanálise recorreu para embasar suas teorias de manifestação da duplicação do “eu”, a ambiguidade e o processo de estranhamento através do texto **O Estranho** (*Das Unheimliche* - 1919). O texto de Hoffman ficou conhecido por englobar tanto a manifestação do estranho e do duplo quanto a primeira aparição do autômato na arte literária através da personagem Olímpia. Freud dissecou com precisão o texto de Hoffman a fim de explicitar e exemplificar sua teoria sobre a manifestação da duplicidade e o estranhamento voltados para a teoria dos estudos que compõem a psicanálise.



Em seu trabalho sobre a manifestação do estranho enquanto tema da estética que engloba a teoria das qualidades do sentir, Freud define o fenômeno por diversas vezes, porém uma das mais contundentes dentre as definições, emprestada de Jentsch, parece ser a que ele “[...] atribui o fator essencial na origem do sentimento de estranheza à incerteza intelectual; de maneira que o estranho seria sempre algo que não se sabe como abordar” (FREUD, 1969, p.239). Partindo deste ponto, pode-se associar o sentimento de estranheza à uma incerteza, uma inquietação, um conflito provocado pelos sentidos em oposição à racionalidade do cérebro, um “[...] conflito entre o real e o impossível que caracteriza o fantástico” (ROAS, 2014, p.9), fantástico este que também “[...] propõe revelar a anormalidade inserida na própria ordem do real por meio de imperceptíveis alterações que transformam, de repente, o normal e familiar em inquietante instabilidade” (ROAS, 2014, p.18).


Quando Roas define o fantástico como algo que transforma o normal e familiar em inquietante instabilidade, pode-se entender que o traço comum entre este e o estranho está na incerteza experimentada pela personagem, ou mesmo o leitor, em face de um acontecimento ambíguo posto que mostra-se ao mesmo tempo como “[...] nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo de repressão” (FREUD, 1969, p.258) e também segundo Schelling (apud FREUD, 1969, p.243) como “[...] tudo que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz”.

Se “quando Pedro me fala sobre Paulo, sei mais de Pedro que de Paulo” (FREUD)<sup>1</sup>, então somos levados a crer que quando Freud nos fala sobre o aparelho psíquico, sabemos mais de Freud que do aparelho psíquico. É através desse viés freudiano que podemos pensar na manifestação do duplo e do estranho como uma faca de dois gumes, principalmente se considerarmos a arbitrariedade e o convencionalismo da moral, constituída no Ocidente principalmente pela corrente judaico-cristã. Considerando ainda mais um pensamento freudiano, qual seja o de que “o homem é dono do que cala e escravo do que fala” (FREUD)<sup>2</sup>, deduz-se facilmente que Freud é dono, também, da moral judaico-cristã e escravo do aparelho psíquico, ou seja, seu empenho em estudar e

---

<sup>1</sup> Frase atribuída a Freud, sem comprovação de que ele tenha realmente proferido tal ideia.

<sup>2</sup> Frase também atribuída a Freud, sem comprovação documental e que completa o pensamento da frase anteriormente citada.




desvendar o funcionamento do aparelho psíquico teve seu momento de esplendor através da ampla divulgação de seus conceitos. O que Freud não menciona e que nos propomos aqui a ressaltar é o modo como seu sistema de pensamento deixou-se contaminar, também, pela moral judaico-cristã e pensar a psicanálise em modelos (ao menos através dos signos) profundamente devedores das condições morais e cotidianas de seu tempo. Mais do que isso, a teoria psicanalítica de Freud se fundamenta em noções de valores herdadas pela religião e corroboram, fundamentalmente com a projeção dos valores morais, o que, na prática, configura mais uma evidência – seja na vida cotidiana, seja nos exemplos da literatura – do funcionamento desse sistema moral e valorativo projetado na composição do duplo e do estranho.

Partindo da afirmação de que “um dos objetivos do fantástico atual é oferecer ao leitor histórias que o façam experimentar uma indescritível inquietação ante a falta de sentido revelada e percebida no seu contexto real e cotidiano” (ROAS, 2014, p.21) pode-se pensar que o universo ficcional criado pelo autor se transporta para a realidade do leitor e faz com que este se questione sobre suas próprias certezas, ou seja, o fantástico espera do leitor que ao hesitar, não somente sobre o universo ficcional, mas também sobre o próprio universo tido como “real” em que se encontra a humanidade, possa “[...] descobrir-se completamente desprovido de sentido, imerso num mundo povoado de convencionalismos e banalidades, que o levam à constatação de sua insignificância diante do que não consegue explicar satisfatoriamente para si mesmo” (ROAS, 2014, p.21). Muito próximo a essa situação se encontra o efeito do estranho quando Freud diz

[r]efiro-me a que um estranho efeito se apresenta quando se extingue a distinção entre imaginação e realidade, como quando algo que até então não considerávamos surge diante de nós na realidade, ou quando um símbolo assume as plenas funções da coisa que simboliza, e assim por diante (FREUD, 1969, p.261).

Aproveitando a afirmação de Freud e unindo-a às afirmações de David Roas, pode-se pensar que tanto o estranho, quanto a literatura fantástica em geral têm por objetivo mostrar que a ficção pode mudar o conceito de realidade, através da incerteza presenciada pelo leitor, que muitas vezes questiona “veracidade” desta realidade diante do mundo irreal e fantástico. Retornando ao tema do processo de repressão como forma de alienar algo familiar, entende-se que a repressão “[...] é a condição necessária de um




sentimento primitivo que retorna em forma de algo estranho” (FREUD, 1969, p.259) o que revela a duplicidade do próprio conceito e da própria fundamentação do processo que leva ao estranhamento, já que “[...] a palavra ‘heimlich’ não deixa de ser ambígua [...] por um lado significa o que é familiar e agradável e, por outro, o que está oculto e se mantém fora de vista” (FREUD, 1969, p.242 e 243).

Parece conveniente salientar que as condições necessárias para o aparecimento do estranho (ou duplo) sejam a familiaridade e a repressão. A repressão como forma de evolução “cultural” e o duplo como anunciador da morte. Neste quesito tem-se que a Evolução Cultural e o Impulso de Morte andam lado a lado. A repressão social diante das convenções morais e culturais, ainda que estas sejam puramente subjetivas, impõe uma evolução constante ao indivíduo mediante castrações provindas do Ideal do Eu e tudo aquilo que não se enquadra aos padrões aceitos por uma comunidade tende a ser ocultado.

Desta forma, a própria sociedade, com a qual os seres humanos têm familiaridade torna-se o algoz que impulsiona os indivíduos a reprimir seus desejos e atos que não se emparelhem com essa grande voz comunitária. Os indivíduos dependem da sociedade para a constituição do seu Eu (self) tanto fisiológica quanto psiquicamente e desta forma a própria sociedade catalisa o processo de repressão. Se o indivíduo se constitui em função das relações que mantém com o Mundo, “logo, nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição. É bem menos difícil experimentar a infelicidade” (FREUD, 2011, p.20). Parece paradoxal que a sociedade impulsione o indivíduo para a morte interior enquanto que a única forma de se manter vivo e seguro é a proteção dos outros indivíduos.


Se pensarmos na própria estruturação da mente humana, tal qual descrita por Freud em sua teoria, já se vê, sem grande dificuldade, que o inconsciente é o espaço dedicado aos traumas, medos e recalques, enquanto o consciente é responsável pela manutenção de conteúdo menos grosseiro e qualitativamente menos relevante. Se cada inconsciente é regido por regras próprias e tais regras estão sujeitas às vicissitudes da experiência particular, então, de que maneira o próprio aparelho pode selecionar a qualidade de suas vivências ou sentimentos sem que se perca o senso comum socialmente determinado quando delimita o conteúdo consciente e o inconsciente? Para tal contenda, a sugestão de resposta é dada pelo próprio Freud em seu estudo sobre **O mal-estar na civilização** [2011] quando diz que o ser humano precisa controlar seus impulsos para viver em



sociedade, ou seja, precisa controlar os impulsos libidinais e convertê-los em cultura ou criação, ao invés de selvageria e destruição.

É preciso, então, que filtremos nossos impulsos originais e os enquadremos nos moldes preestabelecidos pelas regras sociais, morais e religiosas, quer dizer, os impulsos (*a priori* indistintos) devem ser filtrados a fim de que nossas ações não se convertam em delitos de ordem legal, moral ou dogmática. Ainda em **O mal-estar na civilização** Freud deixa claro que os impulsos podem ser convertidos em criações ou então reprimidos. Tal constatação nos leva a questionar: por qual motivo os impulsos não podem se manter em seu formato original (sendo ele indistinto) e, também, por que devem ser reprimidos ou sublimados? A resposta para esse mal-estar vai de encontro às próprias raízes dos conceitos de cultura, civilidade, educação, bom senso, boas maneiras, respeito, entre outros, assim como vai de encontro às raízes de conceitos opostos aos anteriores como por exemplo a raiva, loucura, agressividade, ressentimento, repulsa, violência e selvageria. Por hora basta saber que a mansuetude humana – como fica evidente na proposta teórica e psicanalítica de Freud – não é imanente à trajetória humana no planeta.

As raízes judaico-cristãs das civilizações ocidentais tiveram a contribuição de denominar fatores da vida que antes de sua influência não existiam nas práticas do cotidiano e também não necessitavam existir. O dualismo que delimita crime e pecado, liberdade e proibição, entre outros, é uma criação tanto da religião quanto das necessidades humanas, sendo, talvez a principal delas, relacionada às tentativas de controle do ambiente como garantia de sobrevivência da espécie. Tais delimitações abstratas, arbitrárias e convencionais são, entre os muitos fatores que as compõem, parte do pensamento psicanalítico freudiano. Considerando a trajetória de surgimento, desenvolvimento e consolidação das bases morais que constituíram a maior parte da cultura contemporânea nos países ocidentais, devemos entender que a moral – entendendo-a como conjunto de práticas governantes, como leis a serem seguidas e como garantia da soberania – foi criada para estabelecer um padrão. Para que exista um posicionamento considerado dentro do padrão é inevitavelmente necessário que exista um posicionamento considerado fora do padrão e, sem que saibamos, nascemos e vivemos num mundo onde tais regras, leis e punições abstratas nos são apresentadas pela sorte do nascimento. As leis morais nos castram antes mesmo de sabermos que elas existem e tal monstruosidade encontra respaldo na teoria psicanalítica de Freud, como já



dissemos, por ter sido influenciada (melhor seria dizer que por ter nascido imersa e contaminada) pela religião e pelos costumes dogmáticos aos quais viemos até agora nos referindo.

Encontrando o caminho entre a moral e o funcionamento do aparelho psíquico é que podemos compreender que as leis (ou regras) morais se alinham às potencialidades do ser humano. A necessidade de controle parte da heterogeneidade e da potencialidade comum a todos de voltar a libido para uma realização ameaçadora. A moral é fruto da necessidade esmagadora de condenar no outro aquilo que também somos capazes de realizar e, assim como controlamos os outros, eles também nos controlam e a moral continua sendo terceirizada, até que, em determinado ponto redefinimos nosso julgamento sobre nós mesmos a fim de compreender o funcionamento dessa máquina repressora oriunda dos dogmas e tabus. Se voltarmos os olhos para alguns exemplos da literatura, tal como nas personagens Dorian Gray, William Wilson, Severo Snape, Gollum/Sméagol, temos a própria exemplificação de como o duplo/estranho freudiano se revelam através do jogo binominal e metafísico. A duplicação do eu em duas personalidades com características distintas já mostra esse sujeito cindido e multifacetado. Eis o porquê de termos vários exemplos da morte como sinônimo da manifestação do duplo na literatura. Se há uma parte dessa duplicidade que se projeta do recalque oriundo do inconsciente, então tal manifestação só pode significar associações negativas em relação à moral vigente, ou seja, a parte conhecida torna-se louvável e a parte recalçada que retorna assume o papel condenável dessa cisão.

Pelos motivos até agora elencados, podemos pensar na relação entre vida e morte como reflexo da moral e a manifestação do duplo torna-se a condenação dos outros baseada em nossas próprias potencialidades monstruosas, mas sublimadas. Temos, então, a perfeita indicação de que o papel da moral como castradora dos impulsos deploráveis não pode ser levado às últimas consequências sem que haja uma rotura em relação aos desejos e às realizações. Finalmente, para sedimentar as discussões até aqui propostas, cabe-nos propor algumas questões que, em suas possíveis respectivas respostas, preveem as implicações reflexivas até agora vistas:

1. Como se estabeleceria o duplo freudiano em condições (históricas ou geográficas) onde a Moral judaico-cristã não existe ou não exerce influência dominante?

2. Se não houvessem leis ou condenação moral das atitudes humanas (quaisquer que fossem elas), seria possível pensar o aparelho psíquico da mesma forma como o entendemos atualmente?

3. Qual seria o resultado das análises do duplo na literatura caso a distinção valorativa moral não exercesse influência nem na composição do enredo e nem no entendimento de repressão freudiano?

### **Referências bibliográficas**

FREUD, Sigmund. O estranho. In: \_\_\_\_\_. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XVII.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics – Companhia das Letras, 2011.

POE, Edgar Allan. *Histórias extraordinárias*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

ROAS, David. *A ameaça do fantástico: aproximações teóricas*. Trad. Julián Fuks. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

SILVA, Maria das Graças Gomes Villa da. O fantástico e a inquietante estranheza. In: \_\_\_\_\_. *Dimensões do fantástico, mítico e maravilhoso*. Organizado por Karin Volobuef, Roxana Guadalupe Herrera Alvarez e Norma Wimmer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 225 – 239.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. Trad. José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. São Paulo: Abril, 2010.